

**MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E
TERRITÓRIO: notas a partir de um estudo no assentamento Monte
Alegre – Araraquara/SP**

**MULTIFUNCTIONALITY OF AGRICULTURE AND
TERRITORY: notes from a study in the Monte Alegre settlement –
Araraquara/SP**

Felipe Rosafa Gavioli

Eng. Agrônomo, mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCar).
gavioli.f@gmail.com

Resumo

Nas últimas décadas, a agricultura familiar adquiriu novas conotações associadas não apenas aos aspectos produtivos, mas também à conservação dos recursos naturais e dos territórios rurais, em um reconhecimento de sua multifuncionalidade. Com base nesta noção, que valoriza as funções socioambientais desempenhadas pelas famílias rurais e pelas agriculturas praticadas, o presente artigo faz uma análise de um assentamento rural no estado de São Paulo, marcado pela coexistência de distintas formas de reprodução econômica dos assentados, baseadas ora na canavicultura em integração com usinas, ora na agricultura de base familiar autônoma. Através de uma metodologia de cunho quali-quantitativo, buscou-se identificar quais são e de que forma se expressam as funções para além de produção neste território particular, submetido a influências divergentes e por vezes conflitantes. Observou-se que no assentamento em foco a agricultura de base familiar encerra em si questões de identidade, de coesão territorial, de conservação da agrobiodiversidade e de fomento a outras atividades produtivas, sendo o elemento central da reconstrução de um modo de vida rural neste ambiente.

Palavras-chave: Multifuncionalidade da agricultura, Desenvolvimento territorial, Agricultura familiar, Assentamento Monte Alegre.

Abstract

In recent decades, family farming have acquired new connotations, related not only with the production aspects, but also with the conservation of natural resources and rural territories, in recognition of their multifunctionality. Based on this concept, which emphasizes socioenvironmental functions performed by rural households and the agriculture practiced, this article makes an analysis of a rural settlement in São Paulo state, marked by the coexistence of different forms of economic reproduction of the settlers, sometimes based in integrated canaviculture, sometimes based in an

autonomist family agriculture. Through a quanti-qualitative methodological approach, we sought to identify what and how are expressed the functions beyond of production in this particular territory, subject to divergent influences and sometimes conflicting. It was noted that in the focused settlement the family-based agriculture carries with it issues of identity and territorial cohesion, agrobiodiversity conservation and promotion to other productive activities, being the central element of the rebuilding of a rural way of life in this environment.

Key-words: Multifunctionality of agriculture, Territorial development, Family farming, Monte Alegre settlement.

Introdução

A partir dos anos 1990, os debates sobre sustentabilidade e a “redescoberta¹” da agricultura familiar marcaram os estudos e as políticas voltadas ao desenvolvimento rural no Brasil. Neste período, a crise socioambiental colocada em evidência desde os anos 1970 adquiriu maior relevância, juntamente com as demandas crescentes da sociedade global por conservação dos recursos naturais, alimentos seguros, e políticas de redução da pobreza e da desigualdade.

Neste contexto, o mundo rural passa a ser (re)valorizado como ponto de articulação entre sociedade e natureza (FERREIRA, 2002), e como espaço privilegiado para ações em torno do desenvolvimento sustentável. Esta qualificação põe em relevo os aspectos ambientais e socioculturais do desenvolvimento, acionando a agricultura familiar como o ator principal da construção de uma *nova ruralidade* (WANDERLEY, 2000), que não se limitando aos aspectos produtivos e econômicos, reconstrói os significados do rural e da própria agricultura.

Nos anos mais recentes, a necessidade de se criar um projeto alternativo de desenvolvimento que seja intersetorial e que integre múltiplas dimensões resultou na incorporação do recorte *territorial* como paradigma do desenvolvimento sustentável de áreas rurais (FAVARETO, 2006). Esta abordagem territorial do desenvolvimento rural favorece a passagem de um olhar econômico estrito para um olhar multidimensional, que pode ser sintetizado a partir da idéia de multifuncionalidade da agricultura.

É a partir da valorização das funções socioambientais desempenhadas pela agricultura dentro de uma concepção de desenvolvimento territorial que o presente artigo se inscreve. A partir do enfoque proporcionado pelas noções de território e de multifuncionalidade da agricultura (MFA) analisou-se um assentamento rural no estado de S. Paulo, buscando identificar de que forma a agricultura praticada pelas famílias assentadas engendra funções de caráter social, cultural, econômico e ambiental, além da função produtiva.

O artigo está dividido em cinco partes, incluindo esta seção introdutória. Na segunda parte, abordamos de forma sucinta as idéias de território e de multifuncionalidade da agricultura, enquanto referenciais analíticos convergentes para se apreender as relações entre agricultura familiar e desenvolvimento rural. Na terceira seção, descrevemos a área de estudo, o assentamento Monte Alegre e a metodologia adotada, baseada em instrumentos qualitativos e quantitativos de coleta de informações. Em seguida, apresentamos e discutimos os resultados observados, e por fim tecemos algumas considerações finais. Sem a pretensão de esgotar os temas abordados, espera-se que este trabalho possa ser uma pequena contribuição para os debates em torno da aplicação da noção de multifuncionalidade da agricultura, atrelada ao enfoque territorial nos estudos e na formulação de políticas para a agricultura familiar e o mundo rural no Brasil.

Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura

No decorrer da última década, os termos *território e desenvolvimento territorial* vêm ganhando destaque, suscitando discussões e novas orientações de políticas públicas em todo mundo. Este recorte sugere uma nova delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano, bem como permite superar os enfoques setorial e temporal que têm marcado os estudos e as políticas voltadas para o desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2001).

O território pode ser entendido como um espaço que materializa numa determinada localidade geográfica um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo e integrado. Assim, o território não é uma simples demarcação geográfica ou

político-administrativa delimitada arbitrariamente, mas envolve antes de tudo articulações entre formações socioculturais determinadas. Sendo um espaço socialmente organizado, o território se caracteriza através de uma identidade histórica atrelada aos fluxos econômicos, institucionais, políticos e humanos (ABRAMOVAY, 1998/1999). Assim, entende-se que o território se faz nas relações estabelecidas entre indivíduos e instituições, constituindo-se em uma categoria de análise fluída e em constante movimento.

De acordo com Zapata (2007), o conceito de desenvolvimento territorial envolve uma estratégia elaborada e um processo intencional dos atores de determinado território para, e a partir de suas vocações, construir um projeto de desenvolvimento com maior participação social e equidade. Trata-se, portanto, de descobrir e valorizar os atributos locais no processo de desenvolvimento, particulares de cada identidade territorial específica.

Para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização de atores sociais que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos do território definido, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um espaço geográfico. Nestes termos, o desenvolvimento territorial é uma estratégia adaptativa à globalização econômica, que permite aos atores reorganizarem a economia local, com base nos recursos endógenos, face ao crescimento das concorrências na escala mundial.

Refletindo sobre o papel do meio rural no desenvolvimento do mundo contemporâneo, Abramovay (2000) aponta que a *ruralidade* é um conceito de natureza territorial e não setorial; não podendo ser encarada como etapa do processo de desenvolvimento a ser vencida pelo avanço do progresso industrial e da urbanização. A ruralidade não se caracteriza apenas pela economia agrícola - muito embora esta seja fundamental na geração de empregos e renda nas áreas rurais -, mas deve ser visualizada como um espaço repleto de múltiplas oportunidades e funções, que permite o desabrochar de atividades econômicas não-agrícolas e para-agrícolas, e que é portador potencial de outras formas de desenvolvimento que privilegiem os ativos associados ao patrimônio cultural e ecológico de cada localidade. Kageyama (2008) corrobora com estas considerações ao colocar que a essência da noção de rural é territorial ou espacial,

não podendo ser identificada com um setor de atividade nem com um espaço de transações mercantis específicas.

Desta forma, o recorte territorial reconhece as diversas dimensões do desenvolvimento que não apenas a econômica, se filiando à idéia de desenvolvimento sustentável. Ao pensar no desenvolvimento territorial, devem-se levar em conta os aspectos socioculturais e ecológicos, além dos produtivos, o que permite valorizar o patrimônio material e imaterial daquele território, atribuindo-lhes um lugar de destaque no processo de desenvolvimento.

Para Lacerda (2005), a introdução da noção de território nas análises do espaço rural e da agricultura familiar contribui para a reconstrução do significado de desenvolvimento rural. Este passa a ser entendido como uma construção social de diversificação, presente na produção agrícola, nas formas de obtenção de renda, no portfólio de atividades e nas estratégias e modos de vida construídos pelos atores sociais e pelos grupos domésticos.

Partindo das diferentes concepções de território nos âmbitos da Geografia e da Economia, Cazella et al. (2009) estabelecem uma distinção entre “territórios construídos” e “territórios dados” ou instituídos. Os primeiros seriam fruto das relações convergentes e/ou divergentes dos atores sociais, organizados e articulados em torno de objetivos comuns, enquanto os segundos seriam impostos “de cima para baixo”, quer seja por instituições de interesses privados, ou por políticas públicas, correspondendo antes de tudo a uma delimitação político-administrativa. Os autores tratam estas duas territorialidades como realidades interligadas e permeáveis, podendo haver a coexistência de territórios construídos dentro de um território instituído, por exemplo, e concluem que esta realidade humana, social, cultural e histórica pode ser melhor compreendida como sendo um “conceito polissêmico, cujos sentidos dependem do olhar disciplinar de quem dele se vale, como também da problemática política e social do contexto em questão” (CAZELLA et al., 2009, p.41).

O recorte territorial permite então analisar as dinâmicas do desenvolvimento rural a partir de uma integração de distintas dimensões – ecológica, econômica, e sociocultural – e com um enfoque que ultrapasse o entendimento setorial, exclusivamente agrícola, do rural. Ademais, os territórios podem ser concebidos como

espaço físico e simbólico, fonte tanto dos bens materiais como dos imateriais que estruturam a sociedade. É no território que se dá o encontro do real e do simbólico, do material e do imaterial, do mercantil e do não mercantil, sendo portanto um conceito “bifacial”. Esta característica permite, por um lado, mercantilizar o simbólico associado à atividade agrícola – como no caso das indicações geográficas, produtos típicos ou determinações de origem, por exemplo – ou reconhecer e valorizar os modos de regulação e de vida específicos de comunidades rurais em torno da agricultura (CAZELLA et al., 2009).

A agricultura familiar se constitui em ator privilegiado para as iniciativas destinadas à revalorização dos territórios rurais. Nas unidades familiares de produção, diversificadas e polivalentes, trabalho agrícola e a gestão da propriedade não são atividades separadas, e os agricultores possuem um maior conhecimento dos ecossistemas em que estão inseridos. Para estas famílias, a agricultura, mais do que uma atividade econômica, se constitui em um modo de vida, repleto de significações simbólicas e sociais. Muitas vezes, a agricultura familiar pode exercer papéis não essencialmente produtivos, como a preservação do patrimônio ambiental e da paisagem, a construção-manutenção do tecido sociocultural no território, entre outros que podem ser valorizados como bens imateriais e serviços únicos, engendrados pela combinação dos modos de vida, das identidades e das características geográficas e ecológicas existentes em um determinado espaço físico. Esta perspectiva reforça, principalmente, aspectos qualitativos do desenvolvimento, aproximando-se da noção de multifuncionalidade da agricultura, na qual a idéia de eficácia econômica incorpora temas associados à conservação da biodiversidade, à qualidade ambiental, ao equilíbrio territorial e à coesão social (MORUZZI MARQUES, 2003).

Desta forma, a abordagem territorial do desenvolvimento rural privilegia a agricultura familiar, e pode se apropriar do enfoque da multifuncionalidade da agricultura, ao valorizar aspectos não essencialmente produtivos, em oposição ao paradigma produtivista predominante, que esteve na base da modernização conservadora da agricultura (BONNAL e MALUF, 2009).

A idéia de multifuncionalidade da agricultura (MFA) prevê o reconhecimento, a valorização e a formulação de políticas de apoio e de promoção das outras funções

desempenhadas pela agricultura familiar além da produção de alimentos, fibras e energia. Estas outras funções, geralmente de caráter público, são decorrentes da prática da agricultura, mas também são tributárias de suas relações com determinado território em suas dimensões material e imaterial, no qual as famílias rurais estão inseridas. Desta forma, é a partir da agricultura que se reconhecem múltiplas funções socioambientais, salientando que a prática desta agricultura é decorrente de um arranjo geográfico, ecológico, sociocultural, econômico, enfim territorial, específico.

O debate em torno da noção de MFA se inicia na década de 1990, durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (SOARES, 2000/2001), consolidando-se de forma paralela à idéia de desenvolvimento sustentável. Para Abramovay (2002), a idéia de multifuncionalidade ganhou projeção devido a suas conseqüências sobre o debate travado na Organização Mundial do Comércio acerca da manutenção dos subsídios à agricultura, particularmente a européia². Além desta concepção puramente retórica da noção de MFA, que visa manter as atuais práticas econômicas e de políticas públicas, identificamos, em acordo com Laurent (2000, apud ALLES, 2005), duas outras correntes de pensamento envolvidas na construção da noção de MFA.

A primeira entende a noção de MFA em um viés econômico estrito, a partir da concepção de que a agricultura gera tanto externalidades positivas, sob a forma de produtos não-mercadoria, como externalidades negativas, sob a forma de erosão, ou poluição dos recursos hídricos, havendo a necessidade de se estabelecer uma conjunção ótima entre estas, pelo incremento das primeiras, através de subsídios, e/ou redução das segundas, através de aplicação de multas e internalização dos custos do tratamento no custo de produção (MALUF, 2002).

A segunda, ao qual nos filiamos, constrói o discurso da multifuncionalidade em torno da crítica ao modelo de agricultura oriundo da Revolução Verde, que não permite que a agricultura desempenhe suas funções públicas associadas e originárias³ (CARNEIRO, 2002). Desta forma, a noção de MFA constitui uma nova síntese das múltiplas dimensões envolvidas na atividade agrícola, alinhando-se a idéia de desenvolvimento sustentável.

A noção de multifuncionalidade entendida enquanto estratégia para se refundar a agricultura em bases sustentáveis inspirou, na França, a formulação de políticas públicas de apoio às iniciativas agroambientais, como no caso dos já extintos Contratos Territoriais de Estabelecimento (CTEs) (RÉMY, 2004). Os CTEs permitiram integrar a dimensão territorial na agricultura e nas políticas públicas, recuperando uma dimensão agrária, renovada e multifuncional, às estratégias de desenvolvimento rural (ARRANZ et al., 2008).

Nesta última concepção, a noção de MFA se constitui em uma nova “lente” para analisar as dinâmicas sociais no meio rural e para apreender a agricultura familiar, que é valorizada como portadora de potencialidades sociais, culturais e ambientais associadas à atividade agrícola, via de regra ignoradas pelos enfoques economicistas ou produtivistas estritos.

Para Carneiro e Maluf (2003), a noção de MFA pode ser aplicada no estudo da realidade rural brasileira, lembrando que, no Brasil, a promoção de uma agricultura multifuncional deverá envolver o estímulo à produção de alimentos e de incremento das rendas dos agricultores familiares. Desta maneira, e como salienta Kato (2006), a adoção deste enfoque não significa o descarte dos estímulos à produção mercantil de base familiar, pelo contrário, a produção agrícola mercantil – agora associada a outras dimensões que não apenas a econômica - ocupa um papel relevante na superação dos quadros de pobreza em que se encontram as famílias rurais.

Para Cazella et al. (2009), as múltiplas funções da agricultura são desempenhadas no âmbito de um *sistema de atividades* territorializado, no qual a agricultura aparece como atividade central e polissêmica⁴, moldando e antecedendo o território. É a partir destes sistemas de atividades que se podem observar as múltiplas funções associadas à agricultura.

Ao tratar da aplicabilidade da noção de MFA no contexto brasileiro, como um referencial analítico para apreender as peculiaridades da realidade rural nacional, Carneiro e Maluf (2003) identificam *quatro funções chave*:

- 1) *Reprodução socioeconômica das famílias rurais.*
- 2) *Características técnico-produtivas, promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade e sustentabilidade da atividade agrícola:*

3) *Manutenção do tecido social e cultural associado a determinado território.*

4) *Conservação dos recursos naturais e manutenção da paisagem rural.*

Pensando os assentamentos rurais a partir da noção de MFA, Cardoso et al. (2003) consideram que o acesso a terra envolve o desabrochar de uma série de funções, além do óbvio incremento da produção agrícola. A implantação de um assentamento permite a ocupação de vazios demográficos, com a incorporação de um novo elemento no tecido social preexistente no território, dinamizando-o. Mais do que uma política de distribuição de ativos fundiários, entende-se a implantação de assentamentos rurais enquanto um processo social e político amplo, que envolve o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho, e à distribuição do poder político (LEITE e ÁVILA, 2007).

Isto porque os assentamentos rurais constituem experiências inovadoras na gestão dos territórios, na medida em que permitem às famílias assentadas a (re)criação de modos de vida ligados ao espaço rural, influenciando e modificando o entorno em que são implantados (FERRANTE et al., 2005). Dentre os desdobramentos regionais da criação de assentamentos, destacam-se a diversificação e o barateamento dos gêneros alimentícios, principalmente em regiões de monoculturas extensivas destinadas à indústria; a oxigenação do ambiente político, especialmente em regiões de tradição política coronelista e clientelista; o incremento dos serviços públicos de saúde, educação, transporte, e previdência; a dinamização das economias regionais, seja pela maior circulação de produtos agrícolas nos mercados, seja pelo aporte de recursos por intermédio dos programas de financiamento; e a diversificação da paisagem (HEREDIA et al., 2002).

Assim, mesmo sem incorporar de forma deliberada a noção de multifuncionalidade da agricultura, os assentamentos rurais apresentam um grande potencial para impulsionar um projeto de desenvolvimento que vá além do enfoque setorial e produtivista. Os assentamentos rurais podem ser compreendidos como um espaço-território em construção, dinâmico e conflituoso, onde os distintos projetos familiares, embasados por suas diferentes subjetividades, se cruzam cotidianamente, entre si, e com os projetos (im)postos pelos agentes estatais ou do mercado (FARIAS,

2008). Desta forma, emerge uma trama de tensões, que coloca em disputa diversos projetos de desenvolvimento para as áreas de assentamentos, bem como revela os conflitos existentes entre os modos de vida e as territorialidades constituídas pelos assentados em busca de permanência na terra e de reprodução social, e a atuação das agências e de atores, estatais ou não, com projetos convergentes ou divergentes ao dos assentados, nestes espaços peculiares (FERRANTE e BARONE, 2008).

Desde esta ótica, a análise dos assentamentos rurais permite tratarmos do desenvolvimento rural como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, podendo se constituir em espaços de fortalecimento de uma agricultura familiar diversificada, polivalente e multifuncional, capaz de impulsionar processos de desenvolvimento rural endógenos (MIOR, 2006), gerando não apenas rendimentos monetários ou incrementando a produção agrícola regional, mas também desempenhando funções sociais e ambientais para o conjunto da sociedade.

Metodologia

Localizado na região de Araraquara, no estado de São Paulo, o assentamento Monte Alegre se origina de um horto florestal, que produziu extensivamente eucaliptos durante 40 anos. Em 1985, 44 famílias de trabalhadores rurais, apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara (STRA), ocuparam 700 hectares do referido horto, no que mais tarde seria o núcleo I do assentamento (ANTUNIASSI et al., 1993).

A partir de então, os seis núcleos que compõe atualmente o assentamento Monte Alegre foram se formando de maneira independente ao longo de 13 anos de ocupações e lutas organizadas por parte dos trabalhadores, sendo o último criado em 1998. Nesta longa trajetória, registram-se mudanças no processo de distribuição dos lotes e da organização do trabalho agrícola, indo de uma “dinâmica do coletivo” nos primeiros anos, onde os assentados se engajaram em um plano de produção conjunta de grãos, a partir da proposição dos gestores estatais, para uma “dinâmica de grupos”, onde a gestão e o planejamento da produção continuaram coletivos, mas a exploração das terras ficou por conta de grupos de famílias, com maiores afinidades e laços de amizade entre

si. No entanto, uma safra frustrada traz à tona conflitos entre os grupos, o que leva as famílias a se reorganizarem e reivindicarem a demarcação dos lotes agrícolas, que se dá a partir de 1988 (ANTUNIASSI et al., 1993).

O assentamento ocupa uma área total de 6.595 hectares, dos quais 5.230 hectares são agricultáveis, sendo o restante ocupado por construções, estradas, áreas comunitárias, além de 1.043 hectares de reserva legal – compostas, sobretudo por eucaliptais - e áreas de preservação permanente, em grande parte com algum grau de degradação. Vivem e trabalham no assentamento, em lotes de cerca de 14 hectares, 377 famílias (CAMPOI, 2005).

Uma das peculiaridades do assentamento Monte Alegre é sua inserção em meio a uma região em que predomina a agricultura industrializada, com a presença dos complexos sucro-alcooleiro e citrícola (AMARAL e FERRANTE, 2007). A cultura canavieira e da laranja ocupam 66,7% da área plantada da região, e somente no município de Araraquara, 48 mil hectares são cultivados com cana de açúcar, chegando a 280 mil hectares de canaviais na região (LUPA 2007/2008).

Outra característica marcante do assentamento é a presença de ex-bóias frias entre os assentados. Segundo Ferrante e Bergamasco (1995), 66,5% dos assentados vieram do trabalho assalariado temporário. Parte destes trabalhadores é proveniente de outros estados como Minas Gerais, Bahia e Paraná, e possuem um passado vivido na terra como parceiros ou pequenos proprietários em suas regiões de origem (FIAMENGUE, 2002).

Dentre as formas de integração do assentamento na economia regional, destacam-se duas estratégias principais e co-existentes, adotadas pelos assentados visando sua reprodução e permanência na terra: verifica-se, por um lado, o desenvolvimento de sistemas de policultivos orientados para o auto-abastecimento das famílias e para a venda dos excedentes; e por outro, a integração via fornecimento de cana, em parceria com usinas da região (FERRANTE et al., 2006).

Em relação às policulturas, observa-se diversidade de cultivos anuais como milho, mandioca, arroz e feijão, e de culturas perenes, especialmente a laranja, o limão, a manga e a goiaba. Também é expressiva a olericultura, a bovinocultura de leite, a suinocultura, a avicultura de corte e de postura, além de pequenas agroindústrias

familiares, para a produção de farinha de mandioca, doces, pães e queijos (CAMPOI, 2005). Esta produção, direcionada para o auto-abastecimento das famílias, tem seu excedente comercializado nos mercados convencionais ou através de políticas públicas federais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou municipais como o Programa Direto do Campo⁵. Também há a troca deste excedente de alimentos entre as famílias, garantindo a segurança alimentar dos que tem menos recursos para produção, e reforçando laços de cooperação e sociabilidade (DUVAL e FERRANTE, 2008).

Ferrante e Barone (2008) identificam que os assentados, algumas vezes, recorrem ao uso de materiais orgânicos, esterco, adubos verdes e animais de tração na prática desta agricultura diversificada, diminuindo a utilização de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e mecanização pesada para potencializar o rendimento da produção. Nishikawa (2004) também identifica a reciclagem de materiais orgânicos variados e a diversificação de cultivos no tempo e no espaço através de rotações e consórcios dentre as práticas agrícolas utilizadas no assentamento Monte Alegre.

No caso das parcerias entre agricultores assentados e usinas de cana, Amaral e Ferrante (2007), colocam diversos fatores que contribuíram para a consolidação desta estratégia de integração econômica: a estrutura produtiva da região, com a presença de cinco grandes usinas⁶ próximas; os preços competitivos no mercado mundial, dado o baixo custo de produção na região; a localização privilegiada dos assentamentos; e a situação de endividamento e dificuldades financeiras, produtivas e comerciais de muitos dos assentados.

Desde 1993 a prefeitura de Motuca, que abriga quase metade do assentamento Monte Alegre vem propondo aos assentados parcerias para o plantio de cana junto a Usina Santa Luiza. A primeira proposta, rejeitada pelo STRA e pelos gestores estatais, foi de arrendar as terras do assentamento para o plantio de cana, em um modelo onde o assentado não seria remunerado pelo arrendamento, mas receberia um salário mínimo e alguns benefícios assistencialistas, como cesta básica e auxílio odontológico. Em 1995, é proposto o plantio de cana em 50% dos lotes, e sem os benefícios do primeiro modelo. Por meio de associações tenta-se iniciar o plantio da cana, que se inviabiliza pela resistência e pelas experiências frustradas de associativismo e de trabalho coletivo entre os assentados (AMARAL e FERRANTE, 2007).

No entanto, muitos assentados iniciam os contratos diretamente com as usinas e os plantios irregulares de cana se alastram no assentamento, até que em setembro de 2002, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), atual órgão gestor do assentamento, institui a portaria 075 (depois substituída pela portaria 077/2004), que regulamenta parcerias entre assentados e agroindústrias, abrindo espaço não apenas para a cana, mas também para a produção de milho, feijão de porco, algodão, bicho da seda, eucalipto, mel e frangos de corte (KURANAGA, 2006).

Com o dispositivo, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. Nos moldes da portaria, a cana é plantada em metade dos lotes, através de contratos de cinco anos, onde a usina presta todos os serviços de formação do canavial nos primeiros 18 meses, que então são descontados por ocasião das colheitas. Ao assentado, cabem os tratos culturais, o corte, e o investimento – muitas vezes com recursos do Pronaf - em adubos, calcário e agrotóxico após a formação (DUVAL, 2009). O número de assentados que tem aderido a esta estratégia vem aumentando rapidamente. Assim, o agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica do assentamento rural, enquanto os assentados reduzem o espaço reservado à produção agropecuária própria, buscando meios de viabilizar financeiramente sua permanência na terra. Alguns começam a trabalhar fora – como motoristas, pedreiros, ou inclusive cortadores de cana e colhedores de laranja – para não ceder à pressão da cana nos lotes e continuarem na terra (FERRANTE e BARONE, 2008).

Desta maneira, há no assentamento Monte Alegre diferentes dinâmicas territoriais engendradas pelas diversas formas de integração econômica dos agricultores, marcadas pela pressão do capital agroindustrial sobre o assentamento. Entende-se que, neste contexto, o enfoque da MFA, ao englobar as múltiplas funções desempenhadas pela agricultura familiar dentro de um território delimitado, permite analisar este último a partir da compreensão destas dinâmicas distintas e por vezes contraditórias. Assim, o objetivo da pesquisa foi o de analisar o assentamento Monte Alegre enquanto território delimitado, a partir das múltiplas funções desempenhadas pela agricultura familiar assentada, e das formas como estas funções se expressam, objetivando em última

instância proceder a uma análise das duas principais territorialidades em cena: a dos complexos agroindustriais e da agricultura familiar autônoma.

Buscou-se proceder à pesquisa de campo utilizando como instrumento um questionário misto, aplicado em uma amostra aleatória de 10% dos lotes em todos os núcleos do assentamento Monte Alegre (totalizando 39 entrevistas), e composto por questões de múltipla escolha e por questões abertas. As informações coletadas foram complementadas por dados obtidos a partir de métodos qualitativos, bem como com pesquisa em fontes secundárias. Os métodos qualitativos utilizados foram: a observação participante, as entrevistas parcialmente estruturadas e as anotações em diário de campo.

A observação participante consiste na presença do pesquisador no contexto pesquisado, tendo como finalidade a coleta de dados mediante interações face a face e participação em atividades cotidianas (HAGUETTE, 1992). As entrevistas parcialmente estruturadas são diálogos mais ou menos livres, onde alguns tópicos vão surgindo no decorrer da entrevista, enquanto outros são fixos, definidos pelo entrevistador em um roteiro de pesquisa, visando canalizar o diálogo para as questões a serem investigadas (VIERTLER, 2002).

Já o diário de campo, um recurso muito utilizado pelas ciências sociais, é orientado para o registro de dados coletados no trabalho de campo. No uso do diário, trata-se de registrar o convívio com os informantes e com o contexto pesquisado, representado pela fala dos mesmos, e pelo registro que o pesquisador faz de situações, sentimentos e do próprio espaço pesquisado (LOPES, 2002). O recurso a esta abordagem quali-quantitativa permitiu efetuar uma triangulação das informações coletadas, avaliando-as sob distintas perspectivas, o que resultou em uma análise mais completa (WHITAKER, 2002).

A unidade de observação mínima adotada no trabalho de campo foi a família rural e o agroecossistema correspondente, definida como:

a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, “situada” num território com determinadas características sócio-econômicas, culturais e ambientais (CARNEIRO e MALUF, 2003, p.22-23).

Este enfoque permitiu proceder à análise da relação grupo doméstico-agroecossistema-território, perpassada pela idéia de multifuncionalidade.

Resultados e discussão

A partir da aplicação dos questionários, das observações e entrevistas realizadas, constatou-se que o assentamento Monte Alegre se apresenta como um território multifacetado, onde as famílias desenvolvem distintas estratégias visando sua reprodução econômica e social. Estas estratégias podem se desdobrar em múltiplas funções para além da produção, enfoque privilegiado pelo trabalho de pesquisa.

De início, cabe reconhecer que o assentamento constitui-se em espaço aonde as famílias podem reconstruir um modo de vida como agricultores familiares. 38,4% dos entrevistados eram assalariados rurais temporários na fase imediatamente anterior a entrada no assentamento, e a imensa maioria dos assentados – 71,8% - afirmaram possuir experiência com agricultura em alguma etapa da vida, experiência esta que está sendo resgatada e recriada, a partir da recuperação de hábitos, memórias e costumes. Entre os ex-bóias-frias, 80% possuem experiência anterior como agricultores, sejam proprietários, parceiros, meeiros ou arrendatários, apontando para a possibilidade destas famílias se reestruturarem na prática da agricultura.

Nesta reconstrução, a situação de assentamento representa uma oportunidade de obter melhores condições de vida para si e para seus familiares. 84,6% consideraram que a situação de moradia melhorou após a entrada no assentamento. 53,8% afirmaram que as condições financeiras melhoraram após o acesso à terra, enquanto 43,6% colocaram uma melhoria no acesso aos serviços públicos como saúde e educação. Estas considerações permitem pensar o assentamento não apenas como espaço de produção, mas principalmente como espaço de reprodução da vida familiar e de exercício de cidadania plena. Ademais, o desejo de 85% dos entrevistados de que os filhos permaneçam no assentamento indica que os assentados visualizam neste espaço oportunidades de ocupação, de geração de renda e de construção de uma vida digna para seus descendentes.

Desta maneira, os assentados reconstróem um modo de vida rural e agrícola enquanto constroem o território singular do assentamento Monte Alegre. No entanto, este movimento se depara com dificuldades e constrangimentos econômicos, sendo que a reprodução dos grupos domésticos nem sempre se dá pela via da produção agroalimentar em bases familiares, pois se encontra atrelada as dinâmicas territoriais, no caso analisado marcadas pela presença do agronegócio sucroalcooleiro e citrícola.

Neste sentido, constatou-se que a penetração destes complexos agroindustriais no assentamento, para além da canavicultura em integração com as usinas, ocorre também pela via do fornecimento de mão de obra de baixa qualificação e barata. Em 43,5% das famílias entrevistadas, há um ou mais membros que, concomitante à agricultura, exercem alguma atividade remunerada fora do lote, e sem relação com este. Destes pluriativos, um quarto (25%) são cortadores de cana ou colhedores de laranja, indicando que a agricultura praticada nos lotes não é capaz de garantir sozinha os ingressos monetários das famílias assentadas. Os outros 75% de pluriativos são principalmente operários (11%), faxineiros (11%) e tratoristas (18%). É interessante notar ainda que, dentre os agroecossistemas das famílias pluriativas, a cana em integração com usinas aparece em 73%.

Este assalariamento temporário, principalmente na canavicultura e citricultura regional, revela as dificuldades de inserção dos produtos da agricultura familiar nos circuitos mercantis locais. De fato, observam-se através de depoimentos dos agricultores que os preços recebidos em seus produtos vêm decrescendo, além da dependência de atravessadores para a comercialização. A presença do assalariamento temporário como “alternativa” de geração de renda no assentamento também permite pensar em que medida a idéia de pluriatividade se apresenta enquanto traço de uma nova ruralidade, em que os setores de serviços e industrial se imbricam ao agrícola em uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável.

Se a tensão entre a agricultura familiar e os complexos agroindustriais naquele território se expressam na pluriatividade, as experiências de atividades não agrícolas exercidas de forma paralela e em relação de fortalecimento da agricultura familiar – portanto, atividades para-agrícolas - são realizadas por 33% das famílias entrevistadas que afirmaram fabricar queijos, pães e doces, e podem indicar novos caminhos a serem

seguidos, especialmente se perpassados pelo associativismo, e pela venda direta, resultando no fortalecimento da agricultura familiar através da agregação de valor aos produtos via processamento artesanal. Desta feita, a noção de atividade para-agrícola se encontra mais alinhada à idéia de multifuncionalidade da agricultura, exatamente por ser desdobramento e por fortalecer esta última. Dentre os agroecossistemas das famílias para-agrícolas, a cana em integração com usinas foi identificada em 43%.

No que se refere ao abastecimento alimentar e as características técnico-produtivas da agricultura, observou-se que o assentamento Monte Alegre desempenha de forma eficiente a função de garantir a segurança alimentar das famílias assentadas. 74% dos entrevistados perceberam um incremento no acesso aos alimentos após a entrada no assentamento, e 85% afirmaram produzir para o auto consumo, sendo que destes 52% produz a maior parte dos alimentos que consomem, sobretudo hortaliças, milho, feijão, frutas, mandioca, leite, ovos, suínos e frangos. Esta produção tem o seu excedente orientado para o mercado através de diversos canais de comercialização – venda direta, feira, atravessadores, compras institucionais – contribuindo para o aumento da oferta de alimentos nas cidades do entorno do assentamento.

A grande maioria (85%) dos assentados afirmou que suas famílias e as demais contribuem para abastecer a sociedade de alimentos, indicando o reconhecimento, por parte dos próprios agricultores, desta função central da agricultura familiar. Salienta-se que os entrevistados que afirmaram este posicionamento reconheceram, na alternatividade da produção familiar ora voltada para o auto-abastecimento, ora para a venda (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007), a chave para o abastecimento da sociedade com alimentos, já que a agricultura exclusivamente mercantil é pautada principalmente na cana de açúcar. Os entrevistados que afirmaram que o assentamento não contribui para o abastecimento alimentar da sociedade relacionaram este posicionamento à expansão do cultivo da cana integrada com usinas, indicando uma “desfuncionalidade” desta atividade econômica.

A agricultura praticada no assentamento é marcada pela diversidade tanto da pauta produtiva quanto das práticas agrícolas. O uso de insumos do pacote tecnológico da Revolução Verde é uma realidade, com o uso amplo de agrotóxicos (por 79,4% dos entrevistados), fertilizantes sintéticos altamente solúveis (76,8%) e sementes híbridas

(84,5%). Entretanto, esta difusão dos insumos industriais no assentamento não deslocou de cena algumas práticas agrícolas ancoradas no conhecimento dos assentados, como o uso de rotação (por 53,8% dos entrevistados), consorciação de culturas (40,9%), e a ciclagem dos esterco (74,3%) nos lotes. Neste sentido, elementos da agricultura convencional convivem com elementos de uma agricultura tradicional que, segundo Abreu (2005), é ancorada no conhecimento popular, e em práticas transmitidas de geração em geração, como o uso de policultivos, pousios e rotações.

O perfil das atividades produtivas revela variados tipos de explorações vegetais, animais e de processamento de produtos, com igualmente variados canais de comercialização. Podemos identificar dois grandes grupos de atividades produtivas, convivendo no assentamento: o primeiro é representado pelas explorações destinadas exclusivamente para a venda, geralmente atreladas a contratos agroindustriais, como é o caso da cana de açúcar (cultivada por 66,6% dos entrevistados). Neste grupo, a produção já não está sob controle direto do agricultor, que se vê obrigado a seguir as prescrições técnicas das agroindústrias contratantes, e aceitar o preço imposto por estas. Se a garantia de comercialização da produção – não raras vezes a baixos preços – é um chamativo para a produção integrada, a perda de autonomia sobre o processo produtivo é um fato que incomoda a alguns dos entrevistados, e que impede outros de iniciarem contratos agroindustriais.

Outro grupo de atividades produtivas é representado pelas explorações voltadas ao consumo doméstico e à venda dos excedentes, através de feiras, vendas diretas, compras institucionais ou por intermédio de atravessadores, em um processo produtivo sob controle dos agricultores, englobando a produção de olerícolas (por 80% dos entrevistados), frutas (66%), feijão (66%), porcos (46%), ovos (48%), galinha caipira, leite (41%), milho (53%) e mandioca (41%). Aqui, os agricultores decidem sobre o que plantar, como, em quais épocas e a forma de comercializar a produção, se utilizando de estratégias de diversificação da agricultura (consorciação e rotação), ciclagem de esterco e materiais orgânicos. A participação em espaços de comercialização direta, com o contato próximo do agricultor com o consumidor, parece favorecer a produção agrícola nos lotes e abre perspectivas de incentivo à produção ecológica, ou pelo menos livre de agrotóxicos, seja pelo contato freqüente e constante com os consumidores que

procuram um produto de qualidade, seja pela própria dinâmica da feira, que no relato de um dos assentados “*exige uma maior diversidade de culturas produzidas no lote, para atender a dona de casa que quer variedade e qualidade, todos os dias*”.

Isto significa dizer que o fomento e o apoio à produção voltada ao autoabastecimento efetivamente pode contribuir para um incremento da oferta de alimentos no entorno do assentamento, pela geração e venda dos excedentes. Para tanto, políticas locais de comercialização voltadas ao assentamento são fundamentais (DUVAL e FERRANTE, 2008), de modo a garantir que a agricultura voltada primeiramente para o autoconsumo possa também desempenhar a função de gerar renda monetária direta e de abastecer a sociedade com alimentos de qualidade, além de impactar nas estratégias para-agrícolas para agregação de valor a produção.

Neste ponto, a pesquisa de campo revelou uma outra faceta da diversidade da agricultura praticada no assentamento: o resgate e a conservação de variedades “familiares”⁷. 31% dos entrevistados afirmaram que a vinda para o assentamento permitiu resgatar e cultivar variedades que eram comuns nas suas regiões de origem, ou que foram herdadas dos pais ou avós. Algumas destas variedades – de fava, mandioca, abóboras, e feijões - mesmo que não tenham se adaptado às condições edafoclimáticas do assentamento, são cultivadas todos os anos, exclusivamente para o consumo doméstico, enquanto outras são vendidas como “*produto exclusivo*”, demonstrando que uma função importante da agricultura familiar é a conservação da agrobiodiversidade, e indicando que o assentamento Monte Alegre constitui-se em espaço de resgate de variedades “familiares”, que estão atreladas à reconstrução de um modo de vida que existiu no passado.

Em relação à manutenção do tecido social no território em questão, observou-se a importância dos grupos informais, que adquirem bastante relevância quando se trata da organização social no assentamento Monte Alegre. Sejam eles constituídos em torno de uma exploração comum, como no caso dos chamados “grupos de leite”, que aglutinam os agricultores que utilizam um mesmo tanque resfriador; de uma manifestação cultural, como na Companhia de Folia de Reis “Os Reis Nos Acompanham”, existente no núcleo II do assentamento; ou de uma manifestação religiosa, como no caso do grupo de oração “da Tenda”, os grupos informais aglutinam

os assentados em torno de objetivos/atividades comuns, desempenhando a função de tornar coeso o tecido social naquele território. Estes grupos representam espaços importantes de sociabilidade e de criação de laços afetivos, pautando a vida social e cultural do assentamento.

A maioria dos assentados (79%) frequenta também algum templo religioso dentro do assentamento, se inserindo desta maneira em alguma rede social. A sociabilidade criada através das igrejas é bastante forte, como nos indica o fato de 51,2% dos entrevistados participarem frequentemente de manifestações religiosas, como festas, almoços e quermesses. Segundo Candido (1979) a vida lúdico-religiosa é um elemento central da sociabilidade vicinal em bairros rurais, e pode mesmo definir os limites do bairro, na medida em que os vizinhos participam dos festejos religiosos locais. Este padrão se repete no assentamento, mesmo tendo em conta as origens distintas das famílias, o que nos permite considerar o assentamento como um espaço de reconstrução de modos de vida.

Além dos grupos informais e das igrejas, outro elemento de coesão social importante é a identidade socioprofissional reconhecida pelos assentados. 28% dos entrevistados se reconhecem como assentados de reforma agrária, enquanto outros 28% se dizem agricultores. Estas distinções na identidade engendram relações diferenciadas com o território: no primeiro caso, há uma convergência entre o território forjado na luta pela terra com o território dado pelo Estado. Ao se reconhecerem como assentados, os entrevistados se identificam com o projeto da reforma agrária e também se distanciam da categoria de trabalhador rural, associada à época em que eram assalariados. No segundo caso, o que prevalece é a prática da agricultura enquanto elemento definidor da identidade, ficando o projeto de reforma agrária em segundo plano. É interessante observar que apenas 3% dos entrevistados se reconheceram enquanto trabalhadores rurais, ao passo que uma parcela dos entrevistados de fato o são, quando trabalham no corte da cana.

No que se refere à conservação dos recursos naturais, pode-se observar que a situação de assentamento parece favorecer a preocupação com o ambiente por parte dos assentados. 87% dos entrevistados afirmaram que a agricultura praticada no assentamento ajuda a conservar a natureza. 43,5% dos assentados reconheceram a

qualidade dos solos, atribuindo isto ao fato de conservarem os terraços e praticarem agricultura na terra que antes estava desgastada pela ocupação com eucalipto.

Os benefícios das áreas florestais também foram citados, incluindo aí a conservação da água (32%) e do solo (8%), manutenção de microclima (22%) e da avifauna (17%). De fato, a manutenção de áreas ricas em biodiversidade em torno das áreas cultivadas aumenta a diversidade beta do sistema, e podem servir para atrair e fornecer habitats a organismos benéficos (GLIESSMAN, 2001, p.452).

Apesar destas declarações animadoras do ponto de vista ambiental, as ações concretas no que tange a conservação dos recursos naturais são escassas. A agricultura é baseada no uso de agrotóxicos e uma parcela pequena dos assentados (23%) fez plantio de mudas nativas ou florestou áreas. As práticas efetivas de uma agricultura “sustentável”, como *mulching* ou adubação verde são realizadas por apenas 15,3% e 23% dos entrevistados respectivamente, e os relatos de decréscimo de produtividade são freqüentes, bem como os sinais de erosão nos lotes visitados.

A identificação de agricultores (41% dos entrevistados) que realizam um manejo dos recursos da biodiversidade local – coleta e consumo de sementes, de plantas medicinais e de frutos nativos - revela uma aproximação destes com o entorno ecológico em que vivem, engendrando um uso racional da flora nativa na alimentação, nos cuidados com a saúde e como fonte de renda. Neste sentido, os agricultores assentados apresentam um comportamento semelhante ao de populações tradicionais que, ao manejar os recursos naturais, conservam e incrementam a biodiversidade, em uma relação de influências mútuas entre natureza e cultura (LEONEL, 2000). Este manejo da biodiversidade local representa funções sócio-ambientais desempenhadas pela agricultura familiar, em um contexto dominado pelo agronegócio da cana.

Conclusões

O assentamento Monte Alegre se apresenta permeado por uma trama de tensões (FERRANTE e BARONE, 2008) intrincada e complexa. De um lado, está a agricultura de base familiar, produzindo através de sistemas diversificados alimentos que carregam

a marca da alternatividade, sendo ora orientados para o abastecimento das famílias, ora para o mercado. Esta agricultura, além de diversificada e de desempenhar as funções de garantia da segurança alimentar das famílias e da sociedade, também é responsável pela manutenção de outras funções. É através da agricultura que os assentados se organizam em grupos informais, de produtores de leite por exemplo, que ao compartilharem um mesmo tanque resfriador, constroem uma nova territorialidade dentro do assentamento.

Também é através da prática da agricultura que os assentados recuperam conhecimentos, práticas e memórias, e se (re)organizam em torno de manifestações da cultura caipira tradicional, como a Folia de Reis e os terços, observados durante a pesquisa de campo. Há ainda um outro tipo de resgate, também propiciado pela prática da agricultura familiar neste território construído que é o assentamento de reforma agrária: observou-se que alguns agricultores, após a entrada no assentamento, puderam cultivar variedades “familiares” oriundas de seus locais de origem, recuperando a um só tempo, um saber específico, um recurso genético e um “comer geográfico” (MONTANARI, 2008). Este fato, somado à observação de que os agricultores assentados fazem um manejo dos recursos naturais, indica que a agricultura familiar no assentamento desempenha a importante função de conservar e recuperar os recursos naturais e a agrobiodiversidade. Desta forma, há um patrimônio sociocultural e socioecológico que é reabilitado na situação em análise e que representa um potencial para um desenvolvimento endógeno e autônomo deste território.

Esta agricultura traz à tona outros aspectos como a reabilitação de conhecimentos e de práticas agrícolas, de redes de troca de sementes e de gêneros agrícolas, e de preferências alimentares. Em paralelo aos insumos do pacote tecnológico da Revolução Verde, observou-se que os assentados lançam mão de práticas e técnicas oriundas de uma agricultura tradicional, onde o uso de insumos e fertilizantes químicos são associados ao uso de adubos verdes, rotações e consorciações de culturas, indicando que a racionalidade da modernização da agricultura não foi capaz de penetrar e desestruturar completamente o repertório de saberes agrícolas que os assentados podem reabilitar na situação de assentamento.

Estes sistemas produtivos permitem uma melhor ocupação do solo pela diversificação de explorações, resultando em um incremento da qualidade ambiental,

gerando ainda excedentes comercializados regionalmente, através de mercados institucionais – como o PAA – ou via circuitos curtos de comercialização – de forma direta ou em feiras, o que contribui para abastecer a sociedade de alimentos. Desta maneira, observa-se que a agricultura praticada de forma autônoma e orientada para o abastecimento familiar e para a venda de excedentes se desdobra em múltiplas funções além da propriamente produtiva.

Esta produção de gêneros alimentares é central na definição das identidades sócio-profissionais, já que 28% dos entrevistados se reconheceram como agricultores, associando este reconhecimento ao trabalho na roça e a produção de alimentos. Uma outra parcela de 28% se reconheceu como assentados de reforma agrária, indicando uma valorização da luta pela terra, e uma reconstrução de identidades forjada no vivenciar do cotidiano do assentamento.

De outro lado, a canavicultura realizada na integração com usinas da região, se em um primeiro momento se apresenta como atividade de alta remuneração e uma forma de inserção dos agricultores em uma cadeia produtiva, em um exame mais aprofundado, e desde a ótica da multifuncionalidade, se mostra como atividade que pode desestruturar as múltiplas funções desempenhadas pela produção agroalimentar familiar.

De fato, agricultores entrevistados se mostraram reticentes à integração com as usinas, uma vez que para eles isto representa “*não ser dono da plantação*”, “*descuidar da natureza, porque a cana usa muito veneno e tem a queimada*”, e até mesmo “*deixar de ser agricultor*”. Esta percepção revela que os assentados identificam no cultivo da cana em parceria com usinas uma patente desfuncionalidade, ao passo que reconhecem que, após a implantação do assentamento no que era um antigo horto florestal, o solo apresentou uma melhoria considerável, devido ao manejo que os agricultores realizam, com a aplicação freqüente de esterco, por exemplo.

Ademais, a canavicultura penetra na vida das famílias também pela via do assalariamento temporário, revelando outra face da influência que os complexos agroindustriais têm sobre o assentamento. Esta pluriatividade engendrada pela pressão do complexo sucroalcooleiro sobre o território de reforma agrária também é fruto da fragilidade econômica em que se encontra a produção agroalimentar familiar, que em

não sendo capaz de garantir sozinha os ingressos monetários das famílias assentadas, cede lugar ao trabalho precário, mas muitas vezes necessário.

Consideramos que esta “alternativa” de desenvolvimento das áreas de reforma agrária – que também inclui outras explorações realizadas em contrato, como frango de corte, leite e mandioca -, ainda que traga rendimentos monetários às famílias, representa uma concepção unidimensional e setorial do mundo rural, produtivista, meramente economicista e unicamente agrícola. Nesta perspectiva, a implantação de um assentamento rural só se justifica a partir da produção de matérias primas e da inserção dos assentados na dinâmica econômica da agricultura regional, não havendo espaço para o reconhecimento e a valorização de outros aspectos não estritamente econômicos relacionados à agricultura familiar e ao mundo rural.

Em outras palavras, e desde o enfoque da multifuncionalidade da agricultura, tomar os plantios realizados em contrato com agroindústrias como a melhor ou única opção para a agricultura familiar é negar a própria agricultura familiar em suas especificidades e em seus potenciais. Apesar de toda a problemática envolvida, a adesão ao cultivo da cana para o fornecimento das usinas é, antes de tudo, parte das complexas relações envolvendo os assentamentos, o poder local, e os sistemas produtivos regionais, não podendo ser apreendida de modo conclusivo ou fatalista, como indicador de sucesso ou de fracasso econômico desta área de reforma agrária (FERRANTE et al., 2006).

Este estudo empírico no assentamento Monte Alegre permitiu pensar a reforma agrária a partir das múltiplas funções que esta política pode exercer, tanto para a sociedade, como para as famílias assentadas. A análise a partir da ótica da multifuncionalidade permitiu trazer à tona as distintas territorialidades existentes neste espaço, atreladas de um lado à canavicultura integrada às usinas, e de outro a produção agroalimentar de base familiar. É claro que estes dois “universos” não são impermeáveis, muito pelo contrário, pois fazem parte de uma mesma trama de tensões. No entanto, e a partir das evidências de campo, observou-se que a produção agroalimentar de base familiar, diversificada e polivalente, engendra múltiplas funções além da produtiva, e abre o leque de análises para além dos enfoques economicistas, pois abrange questões referentes à identidade, reconstrução de modo de vida,

sociabilidade, segurança alimentar, e conservação da agrobiodiversidade. Nestes termos, em que pese a influência do agronegócio sucroalcooleiro no território Monte Alegre, os assentados conseguem criar estratégias de permanência na terra e reprodução, estratégias estas que não podem ser avaliadas somente em termos de indicadores econômicos ou quantitativos.

A reforma agrária, enquanto política central para a promoção do desenvolvimento amplo e sustentável, não pode se restringir aos aspectos da simples produção de matérias primas industriais e commodities agrícolas. Por se tratar de uma política pública de reestruturação dos territórios rurais, que permite às famílias assentadas a recriação de modos de vida ligados ao rural, a reforma agrária deve ser entendida a partir de uma ótica multifuncional, isto é, devem-se compreender os múltiplos aspectos – econômicos, sócio-culturais e ambientais – associados à criação dos assentamentos de reforma agrária, fomentando as potencialidades para além da produção destes espaços em construção.

Notas

¹ Sobretudo a partir de três publicações: “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, de Ricardo Abramovay (1992); O “Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica”, de José Eli da Veiga (1991); e os dois volumes de “A Agricultura Familiar”, fruto de uma comparação internacional coordenada por Hugues Lamarche, e publicados em 1994 (volume 1) e 1998 (volume 2). (FAVARETO, 2006).

² A noção de MFA embutida nas eco-condicionalidades propostas pela Reforma MacSharry da Política Agrícola Comum (1992) foi utilizada como pretexto pela UE na Rodada do Milênio para manter os subsídios agrícolas aos produtores especializados e intensivos, notadamente praticantes de uma agricultura não multifuncional (GALLARDO et al., 2003).

³ Originárias porque, segundo Carneiro (2002), as funções públicas de preservação da agrobiodiversidade, conservação das paisagens e dos recursos naturais, manutenção da coesão social e cultural nos territórios rurais, entre outras, são características das explorações camponesas que foram marginalizadas em prol de uma agricultura industrializada durante o processo de modernização agrícola. Este, por sua vez, ao privilegiar a exclusividade da lógica produtivista engendrou uma agricultura “disfuncional” dos pontos de vista ecológico, cultural, social e também econômico, já que depende de subsídios públicos para se manter.

⁴ Refere-se aqui aos múltiplos significados e funções que a atividade agrícola pode ter para as famílias rurais: fonte de renda monetária, função de autoprovisionamento de alimentos, e/ou significado simbólico, associado à construção de uma identidade sócio-profissional.

⁵ Programa da prefeitura municipal de Araraquara, de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar através do fomento a feiras de produtores, assentados ou não.

⁶ Usina Santa Luiza, em Motuca; Usina Maringá, Usina Zanin e Usina Tamoio, em Araraquara, e Usina Santa Cruz, em Américo Brasiliense.

⁷ Optou-se por esta denominação uma vez que o termo “variedade crioula” ou “tradicional” pressupõe uma íntima relação da variedade com o meio ecológico em que foi melhorada, o que não é o caso relatado nesta pesquisa. Ao contrário, as variedades que seriam, de fato, crioulas em suas regiões de origem (Minas Gerais, Goiás, etc), quando transferidas para o assentamento, encontram condições edafoclimáticas distintas, perdendo o seu caráter de variedades adaptadas ao meio ecológico. No entanto, elas seguem sendo cultivadas, de acordo com o valor cultural e simbólico que possuem, por serem um patrimônio da família, isto é, variedades “familiares”.

Referências

ABRAMOVAY, R. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. *Economia Rural*, vol.40, n.2. 2002, p.235-264.

ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. *Gazeta Mercantil*. São Paulo: 15/04/2001. p.A3.

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Textos para discussão n.702*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 37p.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, vol. 28, n. 1,2,3 e vol.29, n.1. Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. p.1-21.

ABREU, L.S. A construção da relação social com o meio ambiente: percepções e representações de risco agroecológico entre agricultores familiares da mata atlântica brasileira. *Jaguariúna : Embrapa Meio Ambiente*, 2005. 174p.

ALLES, J.M. Políticas públicas, conselhos municipais e agricultura familiar: representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2005. 162p.

AMARAL, D.T. e FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos rurais e desenvolvimento local: produção comercial de cana em parcerias com a agroindústria. *Revista Raízes*, v.26, n.1 e 2, jan-dez. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2007. p.101-112.

ANTUNIASSI, M.H.R., AUBRÉE, M., CHONCHOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. Revista São Paulo em Perspectiva, vol.7, n.3, jul-set. São Paulo: Fundação SEADE, 1993. p.125-132.

ARRANZ, A.V., ESTRADA, E.M., ANJOS, F.S. Contratos territoriais de estabelecimento na França: rumo a um novo pacto social na agricultura? Revista Ambiente e Sociedade, v.XI, n.2. Campinas: Anppas, 2008. p.219-235.

BONNAL, P. e MALUF, R.S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Florianópolis: UFSC. 2007, 27p.

CAMPOI, A.M. Sistemas de produção e estratégias de vida para a permanência na terra: um estudo no projeto de assentamento Monte Alegre – Araraquara-SP. (Dissertação de mestrado). Araraquara: UNIARA, 2005. 183p.

CANDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARDOSO, J.H., FLEXOR, G., MALUF, R.S. Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC). In: CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) Para além da produção : multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro : MAUAD, 2003. p.60-74.

CARNEIRO, M.J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R.J. & COSTA, L.F.C. (Orgs.) Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad/CPDA, 2002. p.223-241.

CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro : MAUAD, 2003. 230p.

CAZELLA, A.A., BONNAL, P., MALUF, R.S. (Orgs.) Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p.

DUVAL, H.C. Da Terra ao Prato : um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. (Dissertação de mestrado). Araras : UFSCar/PPGADR, 2009. 207p.

DUVAL, H.C. e FERRANTE, V.L.S.B. Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento. In: FERRANTE, V.L.S.B. e

WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.308-323.

FARIAS, M.F.L. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V.L.S.B. e WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.151-172.

FAVARETO, A.S. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial. São Paulo: USP (tese de doutorado), 2006. 221p.

FERRANTE, V.L.S.B. e BARONE, L.A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V.L.S.B. e WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA/Nead, 2008. p.272-308.

FERRANTE, V.L.S.B. e BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs.) Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: EDUNESP, 1995.

FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L.A., BERGAMASCO, S.M.P.P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V.L.S.B. & ALY JUNIOR, O (Orgs.) Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA, 2005. p.37-71.

FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L.A., DUVAL, H.C. Experiências de reforma agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural. Revista Lutas & Resistências, v.1. Londrina: UEL/GEPAL, 2006. p.76-90.

FERREIRA, A.D.D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.18. 2002, p.28-46.

FIAMENGUE, E.C. Histórico dos assentamentos. In: Whitaker, D.C.A. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Letras a margem: Presidente Venceslau, 2002. p.173-185.

GALLARDO, R., RAMOS, F., RAMOS, E., DELGADO, M.M. New oportunities for non-competitive agriculture. In: HUYLENBROECK, G. & DURAND, G. (Orgs.) Multifunctional Agriculture: a new paradigm for European agriculture and rural development. Hampshire: Ashgate, 2003. p.169-189.

GAZOLLA, M. & SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, v.15. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2007, p.89-122.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 653p.

HAGUETTE, T.M. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. 224p.

HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R., LEITE, S.P. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº18. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2002. p.73-112.

KAGEYAMA, A.A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2008. 229p.

KATO, K.Y.M. *A agricultura e o desenvolvimento sob a óptica da multifuncionalidade: o caso de Santo Antonio de Pádua/RJ*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006. 136p

KURANAGA, A.A. *Feiras do produtor: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara*. (Dissertação de mestrado). Araraquara: UNIARA, 2006. 134p.

LACERDA, T.F.N. *A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura: o caso dos agricultores ecológicos do Território da Encosta da Serra Geral*. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2005. 170p.

LEITE, S.P. e ÁVILA, R.V. *Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007. 176p.

LEONEL, M. *Bio-sociodiversidade: preservação e mercado*. In: *Revista Estudos Avançados* 14 (38). São Paulo: USP, 2000. p.321-346.

LOPES, D.L. *Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura*. In: WHITAKER, D.C.A (Org.) *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau: Letra à Margem, 2002. p.135-143.

LUPA. São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. Levantamento censitário

de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: mar./2009.

MALUF, R.S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D.M.A. e WILKINSON, J. (Orgs.) Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p.301-328.

MIOR, L.C. Desenvolvimento Rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.268-294.

MONTANARI, M. Comida como cultura. São Paulo: Ed. SENAC, 2008. 207p.

MORUZZI MARQUES, P.E. Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a criação do PRONAF. Revista Raízes, vol.22, nº02. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2003. p.168-180.

NISHIKAWA, D.L.L. Levantamento de práticas agrícolas sustentáveis no assentamento de reforma agrária da fazenda Monte Alegre em Araraquara/SP. (Dissertação de mestrado). São Carlos: PPGEA/EESC-USP, 2004. 224p.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Revista Raízes. Vol.24, n. 1 e 2. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2005. p.10-22.

RÉMY, J. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. Estudos Sociedade e Agricultura, vol.12, nº1. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 2004. p.5-50.

SOARES, A.C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. Revista Proposta, n.87, ano 29. Rio de Janeiro: FASE, 2000/2001. p.40-49.

VIERTLER, R. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M., MING, L.C., SILVA, S.P. (Orgs.). Rio Claro: Unesp/CNPq, 2002. p.11-29.

ZAPATA, T. Desenvolvimento Territorial: curso de Desenvolvimento Territorial Endógeno. Florianópolis: SEaD/UFSC e Ministério da Integração Nacional, 2007. 153p.

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.15. 2000, p. 87-145.

WHITAKER, D.C.A (Org.) Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letra à Margem, 2002.

***Recebido em 29/11/2010**

Aceito para publicação em 15/02/2011